

A TEORIA DA RECEPÇÃO EM H. R. JAUSS E W. BENJAMIN – UMA COMPARAÇÃO¹

Willi Bolle
USP

- **RESUMO:** *O presente estudo compara as reflexões críticas sobre a questão da história da literatura no campo da teoria literária e da filosofia da história dos seguintes autores: H.R.Jauss (1967/70) e W.Benjamin (1931). Enquanto Jauss limita sua “provocação” dentro das reflexões fenomenológicas da teoria literária, Benjamin busca respostas acerca da relação entre ciência e história literária no contexto maior da história geral, superando assim o isolamento da teoria literária como mera disciplina acadêmica.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Teoria da Recepção; Hans Robert Jauss; Walter Benjamin.*
- **ABSTRACT:** *The present paper is a comparative analysis of the issue of literary history and theory in Jauss (1967/1970) and Benjamin (1931). On the one hand, Jauss confines his “provocation” within the context of phenomenological theory of literature, on the other hand, Benjamin looks for answers concerning the relation between literature history and general history, thus he overcomes the isolation of literary theory as a mere academic discipline.*
- **KEY WORDS:** *Theory of reception; Hans Robert Jauss; Walter Benjamin.*

A crise da história literária, diagnosticada por Benjamin nas décadas de 1920/30, prolonga-se até os anos 1960/70. Hans Robert Jauss, em *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft* (1967 e 1970) faz um balanço do estado das pesquisas, apoiando-se, entre outros, nos trabalhos de Jakobson 1921, Benjamin 1931 (“*Literaturgeschichte und Literaturwissenschaft*”), Wellek 1936 e 1965, Krauss 1950, Barthes 1960 e Sengle 1964 (cf. Jauss 1970: 144, nota 1). O fato de Benjamin ser o único crítico alemão citado para o período dos anos 1920/30 mostra a sua

¹ Este texto, que faz parte da minha tese de livre-docência, inédita (“*Tableaux berlinois. Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar*”, FFLCH-USP, São Paulo, 1984), foi revisto em algumas formulações, mas não na substância, transmitindo portanto o estado da discussão daquele momento.

importância e a continuidade dos problemas até a época atual. A situação geral da história literária por volta de 1970 é vista por Jauss nestes termos:

A história da literatura, em nossa época, tem caído num crescente descrédito, de modo algum imerecido. Nos últimos 150 anos, a história dessa [...] disciplina tem [...] trilhado o caminho de uma constante decadência. Todos os seus feitos culminantes datam do século XIX. [...] Os patriarcas da disciplina [Gervinus, Scherer, De Sanctis e Lanson] tinham como meta suprema apresentar, por intermédio das histórias das obras literárias, a idéia da individualidade nacional em busca de si mesma. Hoje, esse nobre caminho constitui apenas uma remota lembrança. Em nossa vida intelectual contemporânea, a história da literatura, em sua forma tradicional, vive tão-somente uma existência miserável. Manteve-se como requisito de exigências caducas no regulamento dos exames oficiais. Como matéria obrigatória do currículo do ensino secundário, já quase desapareceu na Alemanha. No mais, as histórias da literatura podem ainda ser encontradas, quando muito, nas estantes da burguesia cultivada, que as consulta, na falta de um dicionário de literatura mais apropriado, principalmente para resolver perguntas de programas de televisão na mídia.²

Jauss aponta o contexto histórico específico, o paradigma dominante e o objetivo geral que norteava a historiografia literária no século XIX: a idéia de identidade nacional. De lá pra cá, com a importância crescente das instituições transnacionais, mudaram os pressupostos da história literária. A concepção velha sobrevive apenas em desgastados mecanismos de instituições de ensino e em outras formas de saber morto e descompromissado. Quanto ao

² Todas as versões brasileiras das minhas citações de H. R. Jauss são montagens, com algumas interpolações, das traduções já publicadas por Tereza Cruz (*A Literatura como Provocação*, s.l. [Portugal], Passagens, 1993) e Sérgio Tellaroli (*A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*), São Paulo, Ática, 1994. Agradeço a Romulo F. Martins de Sant'Ana o trabalho de ter localizado as passagens traduzidas.

projeto de uma **nova** história literária, a desorientação é grande. A informação de Jauss de que a pesquisa séria, hoje em dia, se encontra nos trabalhos monográficos das revistas especializadas é insatisfatória. Apenas reitera o que Walter Muschg e W. Benjamin já observaram nos anos de 1920 e não responde à pergunta: O que é que ficou dos projetos histórico-culturais mais amplos, que a história literária tradicional ousou formular? Será que a época atual não tem projetos comparáveis, em importância geral, aos do século XIX?

Assim como Benjamin em 1931, também Jauss em 1967/70 faz um retrospecto crítico sobre a história da historiografia literária, mantendo a mesma linha de interpretação – decadência e crise –, apenas completando certos aspectos. Como ponto de partida do projeto de uma história literária, Jauss lembra a filosofia do idealismo alemão, sobretudo o ensaio de Friedrich Schiller, publicado no ano da Revolução Francesa, “Was heisst und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte?” (1789). O que isso significa na prática, é ilustrado por Gervinus em 1837/42. As histórias nacionais só valiam com “séries concluídas”: seu ponto culminante era, politicamente, o momento da unificação nacional, e literariamente, a época do Classicismo nacional; eram escritas em função de uma apoteose final. Mas: como seria tratada a literatura escrita depois da cena final, depois do período classicista? A pergunta continua se pondo para o historiador de hoje: como é que ele trata a literatura do seu tempo? O desafio formulado por Schiller – “vincular o passado com o presente” e “a partir do estado atual do mundo, ir em direção à origem das coisas” –, ou seja, encarar a história viva do presente e a partir daí avaliar o passado, foi ignorado pelos representantes do historicismo, encabeçados por Leopold von Ranke. Eles abandonaram não apenas a construção teleológica da história universal (que culminava no Classicismo), mas também o princípio metodológico da relação presente – passado (cf. Jauss 1970: 151s.). Dentro da orientação historicista, a literatura do passado foi separada da literatura do presente;

³ “O que é a História Universal e com que finalidade a estudamos?”

elas ficaram em “esferas separadas de avaliação”, assim como a história literária foi separada da crítica literária. A história literária tentou compensar a perda por uma aproximação com as Ciências Exatas: era a atitude do positivismo, com suas explicações deterministas e o estudo hipertrofiado de fontes e “influências”). Contra isso reagiu a *Geistesgeschichte*, opondo à explicação causal uma estética irracional da criação. Essa “história do espírito” se constitui de idéias e motivos transtemporais, sem nenhum compromisso com tentativas de compreensão histórica. Nesse ponto, Jauss confirma uma observação de Benjamin de 1931:

Nesse pântano [da estética do irracional] vive a hidra da estética escolástica com as suas sete cabeças: poder criador, empatia, atemporalidade, recriação, partilha existencial, ilusão e fruição artística.

Resulta disso, na formulação de Jauss (1970: 154), um “abismo entre a visão histórica e a visão estética da literatura”.

Na avaliação da história literária do século XIX, Benjamin (1931) e Jauss (1967/70) têm em comum a recusa do positivismo e da *Geistesgeschichte*. Quanto ao século XX, Benjamin observou um confronto entre a escola de **análise formal** e a **história literária materialista**; Jauss constata uma continuação dessa controvérsia, na oposição entre a **escola formalista** (formalismo russo, Círculo de Praga, estruturalismo francês) e a **sociologia da literatura** (Marx/Engels, Lukács, Escarpit, Goldmann). Fazendo um balanço dessas duas tendências, observa Jauss (1970, p. 155):

Destas duas tentativas, no entanto, não resultou ainda até agora nenhuma grande história da literatura que, a partir de novas premissas, marxistas ou formalistas, reescrevesse as velhas histórias literárias nacionais, reformulasse os cânones consagrados, e descrevesse a literatura universal como um processo, com vistas à sua função emancipatória, social e criadora de novas formas de percepção.

No momento da avaliação dos resultados da pesquisa contemporânea, nem Jauss nem Benjamin estão acima das controvérsias que eles apresentam, mas eles são **partes atuantes**. Quando se trata de tomar posição, suas opções divergem. Enquanto Benjamin se inclina para uma história materialista da literatura, embora manifestando insatisfação com o estado das pesquisas nesse campo, Jauss, apesar de uma avaliação aparentemente neutra, acaba se vinculando à concepção de história literária dos formalistas.

Entre o ensaio de Benjamin (1931) e o de Jauss (1967/70) ocorreram duas controvérsias que galvanizaram energias intelectuais e marcaram profundamente a estética literária alemã do século XX: o debate sobre o Expressionismo (entre Lukács, Brecht e outros), durante os anos 1934/38, e o debate sobre o realismo (entre Lukács, Adorno e outros), a partir dos anos 1950. O segundo debate nada mais é que a continuação do primeiro, traduzindo a mobilização intelectual em torno das palavras de ordem de “Vanguarda” e “Realismo socialista” – sendo que existe uma afinidade entre a sociologia da literatura e o Realismo e, por outro lado, entre análise formal e Vanguardismo.

Quando Jauss faz a crítica da teoria literária marxista (154-164), fixando-se em Plekhanov, Lukács e Goldmann, contesta sobretudo a tese da literatura como “reflexo” da realidade (*Widerspiegelungstheorie*). Na medida em que ele se fixa na fórmula das “aporias da teoria do reflexo da estética marxista” (162), há uma certa surdez ideológica e uma redução simplificada das posições da estética materialista. Por que Jauss não discute as propostas diferenciadas de Benjamin, um crítico materialista (e até certo ponto marxista), que, ao contrário de Lukács, teve uma atitude positiva diante das vanguardas? Ou as posições de Brecht ou Adorno? Apenas uma das colocações benjaminianas faz parte do retrato da teoria literária marxista traçado por Jauss (1970, p. 155):

A provocação originária, sempre reiterada, da teoria literária marxista consiste em negar à arte, como às outras

formas de consciência – moral, religiosa e metafísica –, uma história que lhe seja própria. Essa tese materialista permanece como uma inquietação.

Quando Jauss passa a falar da escola formalista (164-167), já não se trata apenas de caracterização, mas de adesão. Ele se identifica com a “nova proposta” de Tynjanov “com relação a velha história literária”, que consiste em “opor ao conceito clássico de **tradição** um conceito dinâmico de **evolução literária**” (166). O modelo de Tynjanov, de “evolução” e “sistema”, e o da lingüística estrutural, com os conceitos de “sincronia” e “diacronia”, é incorporado por Jauss à sua própria proposta teórica.

Em vista dos impasses metodológicos deixados pela teoria marxista e formalista, Jauss (1970: 167) formula uma proposta de superação:

Se, por um lado, se pode compreender a evolução literária no contexto da mudança histórica de sistema, e, por outro, a história geral a partir do encadeamento dinâmico de situações sociais, não haverá de ser possível também estabelecer entre a “série literária” e a “série não literária” uma ligação que abranja a relação entre literatura e história, sem com isso destituir a literatura do seu caráter artístico, confinando-a a uma função meramente mimética ou ilustrativa?

Aparentemente, trata-se de uma mediação entre os dois métodos antagonísticos, mas a própria atitude de mediação “de cima” é uma ilusão. Perguntas centrais da história literária materialista são distorcidas. Dessas três perspectivas citadas, Benjamin não propôs nenhuma. Quanto à incorporação de conceitos e métodos do formalismo, Jauss torna-se herdeiro de suas incongruências.

Em termos de crítica das história literária convencional e de propostas concretas de novos caminhos, os trabalhos de Jauss e de vários outros pesquisadores vinculados à Estética da Recepção (Iser, Warning, Gumbrecht, Stierle) — ou seja, a “Escola de

Konstanz” — representam o impulso mais importante na ciência literária alemã contemporânea.

Robert Weimann (“Rezeptionsästhetik und die Krise der Literaturgeschichte”, 1973, in : idem 1977 constata:

A Estética da Recepção deve continuar a ser considerada como a mais discutida e mais influente concepção de renovação da historiografia literária burguesa.

De fato, pelo esforço de repensar a história literária no seu conjunto, com suas múltiplas implicações, pode-se ver nos trabalhos da **Rezeptionsästhetik** uma continuação das propostas benjaminianas. Por outro lado, uma comparação detalhada dos escritos de Benjamin e de Jauss mostra que a concepção de história literária da Estética da Recepção caminha para uma direção bem diferente. Aqui, trata-se de recuperar a proposta benjaminiana de uma história literária materialista, o que será tentado por meio de uma crítica das principais premissas da Estética da Recepção, formuladas por Jauss (1970) no capítulo V do seu ensaio programático “Literaturgeschichte als Provokation” (168-171) e desenvolvidas em sete teses (171-207).

O desafio para a ciência literária consiste, para Jauss, em retomar um problema que ficou em aberto na controvérsia entre método marxista e método formal: a dimensão da recepção e do efeito da literatura (168). A crítica de Jauss à escola formalista é que esta necessita do leitor apenas como sujeito da recepção de texto; a crítica à estética marxista é que o leitor é visto apenas segundo a sua posição social. Ambos os métodos, argumenta Jauss, não levam em conta “o leitor em seu papel genuíno, no seu papel inalienável tanto para o conhecimento estético quanto para o conhecimento histórico — o leitor como destinatário primeiro da obra literária” (169).

Existe realmente essa terceira posição a partir da qual Jauss critica as duas outras? O leitor “genuíno”, “espontâneo”, que ele propõe, existe em todas as épocas, em qualquer lugar — em que seria ele diferente do “sujeito da percepção do texto” dos

formalistas? Não se trata em ambos os casos de um leitor indefinido, abstrato, sem rosto, sem contorno social ou histórico? Ou seria o elemento diferenciador a “capacidade produtiva” do leitor, uma vez que a argumentação de Jauss continua assim:

Pois também o crítico [...] o escritor [...] e o historiador da literatura [...] são, antes de mais nada, leitores, antes que a sua reflexão sobre a literatura possa tornar-se, ela própria, produtiva.

O que se ganha com essa separação entre o crítico (escritor, historiador) como “simples leitor” e como “produtor de um texto”, ou seja, com a separação entre “recepção passiva” e “recepção ativa”? Mais tarde (cf. *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik I*, 1977), Jauss substitui esse par de conceitos por outro: estética do efeito e estética da recepção – a primeira se referindo à codificação da obra pelo autor com vista ao leitor, e a segunda, à recepção efetiva da obra por parte de um determinado leitor ou público. Nesse caso, parece que a estética do efeito retoma a metodologia formalista, ao passo que a estética da recepção vai ao encontro das propostas da sociologia da literatura.

De fato, no trinômio autor – obra – público, Jauss privilegia o elemento “público”, com a intenção de estudá-lo enquanto “energia produtora de história” (“das Publikum als geschichtsbildende Energie”, 169). Nesse momento, a sua teoria parece estar próxima de certas colocações de Benjamin (1931: 288), que propõe: “análises [...] da sociologia do público, das associações de escritores, da distribuição dos livros, em épocas diferentes”. Ora, justamente esse tipo de estudo da recepção é recusado por Jauss, que observa criticamente:

A estética marxista ortodoxa não trata o leitor – quando dele se ocupa – diferentemente do modo com que trata o autor: inquire sobre sua posição social ou procura identificá-lo na descrição dos estratos de uma sociedade.

Como constatação, a frase corresponde aos fatos e se aplicaria inclusive a Benjamin; apenas não se vê bem por que a estética marxista, gratuitamente taxada de “ortodoxa”, atribuiria ao fator público – como Jauss afirma imediatamente antes – “um papel extremamente limitado”.

No que concerne a relação autor – obra – público, Benjamin tinha feito a seguinte proposta:

A esfera completa da vida e do efeito das obras deve ser estudada em nível de igualdade com a história de sua gênese, ou deve mesmo predominar; portanto, o seu destino, sua recepção pelos contemporâneos, suas traduções, sua glória.

◁ A afinidade dessa proposta com a de Jauss, a de uma estética do efeito e de uma estética da recepção, é apenas aparente. O que Benjamin propõe – como ilustra bem o seu *Trauerspielbuch*⁴ – é tratar a história da produção das obras (**Entstehungsgeschichte**) e a história de sua recepção (**Rezeptionsgeschichte**) como uma unidade. Essa idéia, aliás, é defendida na atualidade por Robert Weimann (*Literaturgeschichte und Mythologie*, 1977, 31-35).

Pelo que foi visto, a ênfase dada por Jauss a uma “história literária do leitor” (cf. H. Weinrich, **Für eine Literaturgeschichte des Lesers**, 1967, cit. por Jauss 1970: 180), não é compartilhada por Benjamin. Pelo contrário, ele critica explicitamente

uma abordagem psicológica, que não parte do objeto, mas de seu efeito sobre o cidadão comum contemporâneo.

Embora Jauss tenha feito correções do próprio método (cf. “Die Partialität der rezeptionsästhetischen Methode”, in: *Rezeptionsästhetik*, 1975: 380-394), a sua proposta de um leitor

⁴ W. Benjamin, *Ursprung des deutschen Trauerspiels*, 1928 (*Origem do Drama Barroco Alemão*).

ahistórico, “espontâneo” e “genuíno”, continua sendo objeto de crítica por parte de Robert Weimann (1977: XXIV):

Deste modo, a nova versão da história literária segundo a estética da recepção levanta mais problemas do que é capaz de resolver, no momento. Assim como em 1967, também em 1975 “o leitor” permanece a instância decisiva dessa nova história da literatura.

Não seria uma perda construir a “nova” história literária com a ênfase dada ao leitor, em detrimento do autor, como quer a Estética da Recepção? A proposta inversa, de Benjamin, com tudo que ela possa ter de utópico, me parece mais prometedora:

situar a instituição da história literária, conscientemente, num espaço histórico em que o número dos que escrevem – que não são, de forma alguma, apenas os literatos e poetas – aumenta a cada dia, e que o interesse técnico pelos assuntos literários se faz sentir de modo muito mais premente que as procuras edificantes.

Com essa colocação, Benjamin leva ao extremo a afirmação de Jauss de que a estética materialista acaba dando ao leitor o mesmo tratamento que ao autor. Perfeitamente, porque a proposta utópica de uma sociedade emancipada prevê a superação da dicotomia autor/leitor, projetando a expectativa de que, um dia, todos sejam não apenas receptores, mas também emissores de mensagens escritas.

A tradição alemã de uma historiografia literária viva, fundamentada por Herder, Goethe, Schiller e Friedrich Schlegel – que estudavam os textos do passado visando captar energias para uma literatura que eles próprios estavam construindo – foi interrompida ainda na primeira metade do século XIX. Passando a tratar a literatura como uma “série concluída”, o historiador acadêmico foi-se transformando em museólogo de obras – primas do passado; ao enaltecimento dos autores “clássicos” como gênios inalcançáveis correspondia um crescente afastamento do processo

vivo da literatura contemporânea. O historiador deixou de ser crítico da literatura do seu tempo. Como causa principal da decadência da historiografia literária no século passado ressalta a perda do contato com a literatura viva. Nesse diagnóstico, Benjamin e Jauss concordam. Resta saber em que medida a relação do historiador com a literatura do seu tempo, defendida teoricamente por ambos, existe também na sua respectiva prática. No caso de Benjamin, o *Trauerspielbuch* é um testemunho de uma relação viva entre o estudo de uma literatura do passado (Barroco) e a literatura produzida no tempo presente do historiador (o Expressionismo e outros movimentos de vanguarda). Como é que essa dinâmica se manifesta na historiografia atual, nos escritos de Jauss?

Em termos gerais, pode-se adiantar que, nesse autor, a proposta teórica é muito maior que a proposta crítica, a ponto de quase eclipsá-la. É verdade que Jauss apresenta precisas caracterizações de controvérsias literárias do passado (da época de Schiller, Heine e Stendhal, ou Baudelaire), mas as suas informações eruditas ensinam pouco sobre a literatura dos nossos dias. O julgamento de uma obra pelo historiador da literatura, nos diz Jauss, “se fundamenta na consciência do seu próprio posicionamento no presente, dentro da série histórica dos leitores” (171). A dimensão histórica, a relação presente – passado, é apreendida por ele antes de mais nada em termos de “sincronia” e “diacronia”. Como característica principal de seu modelo aparece a construção de um “horizonte de expectativa” – um corte sincrônico em determinada época, definindo padrões de referência do público – com o qual se mede o aparecimento de uma obra “nova”. A diferença entre ambos é definida como “distância estética” (177). Quando a comparação se dá entre dois momentos diferentes de compreensão da obra, no passado e no presente, Jauss fala em “diferença hermenêutica” (183). Ela seria o elemento básico para se colocar a obra individual dentro de uma “série literária”, numa relação produção – recepção, segundo o princípio formalista da “evolução literária” (189). Como síntese final, é sugerida a construção de vários horizontes de expectativa, cortes sincrônicos em momentos diferentes da diacronia, cuja comparação mostraria a “transformação das

estruturas literárias, historicamente, em termos de momentos formadores de épocas” (194-195).

Com esse resumo de quatro das sete teses de Jauss eu queria mostrar como o primado dado à teoria pode se constituir num bloqueio para uma compreensão aberta da literatura atualmente produzida. Com o seu equipamento classificatório, o historiador da estética da recepção está mais preparado para a tarefa de registro dos textos que para a aventura de sua descoberta. A história literária de Jauss, com suas “séries de obras” e “série de leitores”, respira a ordem de uma coleção, lembrando as “séries concluídas” da historiografia oitocentista. Não seria o próprio “horizonte de expectativa” apenas uma palavra diferente para ressuscitar o paradigma do “cânone” literário, um acúmulo de saber estocado, museológico que acaba abafando a relação entre tradição viva e a literatura do presente? O confronto, essencialmente imprevisível, do crítico com a literatura do seu tempo, foi substituído pela concepção, algo mecanicista, de uma literatura em ritmo constante de inovação e evolução. É um ponto de vista apriorístico, fora dos debates reais da literatura alemã dos anos de 1960 e 1970. O “entrosamento entre produção e recepção” é teoricamente evocado (194), mas nunca realizado. O “posicionamento atual do historiador” (191) é um termo de proposta cuja realização histórica concreta é sempre adiada.

De Friedrich Schlegel é a observação, também citada por Benjamin em *Der Begriff der Kunstkritik in der deutschen Romantik* (1919), que “a poesia só pode ser criticada através da poesia”. Tal exigência de uma crítica poética implica não apenas uma dissolução das fronteiras rígidas entre os gêneros (o poético e o crítico, o jornalístico e o acadêmico, etc.), mas também uma superação da dicotomia entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Tal abertura em relação ao “objeto”, ao texto literário, se nota muito pouco no modelo de Jauss, em que as coordenadas da história literária já estão prontas demais, e a obra, bem ou mal e apesar do “novo” e da “diferença”, acaba sendo “enquadrada”. A sua concepção lembra nitidamente o esquema positivista da história literária do século passado, com a diferença de que o cânone do

Classicismo é substituído pelo cânone do Modernismo. Esse projeto da história literária não oferece espaço para a história de uma descoberta, um auto-conhecimento do sujeito por meio da experiência do texto. Também não se nota compromisso nenhum com uma idéia mais abrangente, transcendental – a história da literatura, reificada, aparece como uma finalidade em si.

Ao falar da “simultaneidade da literatura não-simultânea” (197), Jauss usa a metáfora do céu estrelado: “assim como o céu estrelado se diferencia, astronomicamente, em pontos das mais diversas distâncias temporais” (197).⁵ Quase a mesma imagem foi usada por Benjamin para caracterizar a idéia do *Trauerspiel*: “O que as idéias são com relação às coisas, as constelações são com relação às estrelas” (GS: I 214). A mesma metáfora, mas projetos intelectuais diferentes. Jauss pretende ilustrar a sua visão sistemática da literatura, ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica. O seu céu estrelado traduz o conceito de cultura do **Bildungsbürgertum** (a burguesia que se considerava dona da cultura) do século XIX: a vontade de sistematizar ou armazenar os “bens” da cultura, que, no entanto, são incomensuráveis por essência. O projeto de Benjamin é diferente: não é o céu, apenas uma constelação. Em meio à luta literária e às experimentações da pesquisa, ele busca um ponto de orientação para organizar a sua experiência, encontrando-a na imagem de uma constelação: a do *Trauerspiel*, “a idéia viva de uma forma”.

Benjamin considera a literatura e a história literária como partes integrantes da história geral (cf. GS III: 284). Jauss, ao contrário, estabelece duas “séries” separadas: a “série literária” e a “série não-literária” – o que cria o problema de estabelecer a natureza da relação. Ele afirma (p. 199):

A função social da literatura só manifesta genuinamente suas possibilidades quando a experiência literária do leitor intervém no horizonte de expectativa de sua práxis de vida

⁵ “[...] wie der scheinbar gegenwärtige Sternenhimmel astronomisch in Punkte verschiedenster zeitlicher Ferne auseinandertritt”.

quotidiana, pré-formando sua compreensão do mundo e, assim, retroagindo sobre seu compartimento social.

O que significam exatamente esses conceitos: “práxis de vida” (**Lebenspraxis**) e “comportamento social”? Jauss mobiliza um aparato terminológico, que é teórico e erudito, mas não tem a atuação de um crítico. Seu trabalho não é o de um intelectual que, a partir do conhecimento obtido na sua disciplina acadêmica, possa orientar a opinião pública em relação às grandes questões de interesse geral do nosso tempo. Ora, é só nesse nível de exigência – de que Friedrich Schlegel e Walter Benjamin são dois exemplos – que parece ser possível escrever autenticamente a história literária (e a história), antigamente como hoje em dia.

O compromisso intelectual de Jauss, no entanto, é com o que ele, na linha do formalismo, chama a “especificidade do fenômeno literário”:

Minha tentativa de definir a contribuição específica da literatura no processo geral de construção da experiência e de delimitar essa contribuição com relação às outras formas de comportamento social;

A nova obra literária é recebida e julgada não apenas contra o pano de fundo de outras formas artísticas, mas também contra o pano de fundo da experiência cotidiana da vida.

O termo “experiência cotidiana da vida”, de Jauss, é muito vago em comparação com o conceito de “experiência” (**Erfa-hrung**) em Benjamin, que se refere à história concreta de uma geração: a Guerra Mundial, a Revolução de 1918, a inflação de 1923, a Crise Econômica Mundial de 1929, a tomada do poder pelos nacionais-socialistas em 1933.

Pelo tipo de trabalhos publicados por Jauss entre 1967 e 1977 fica claro que sua intenção não é discutir as grandes questões históricas do seu tempo. As referências bibliográficas são as da Ciência Literária, com lances de interdisciplinaridade (ciência literária e história) e da Teoria Estética (Adorno, Marcuse), esta

citada sempre com alguma defasagem. Nenhuma referência ao debate de escritores e intelectuais alemães da atualidade como Hans Magnus Enzensberger e Peter Weiss, Peter Handke e Peter Schneider, Nicolas Born e Wolf Biermann, Fritz Raddatz e Marcel Reich-Ranicki. A história literária continua separada da literatura viva e da crítica militante. Assim como no século XIX...

A literatura como problema público — essa questão é ilustrada por Jauss por meio de um caso concreto: a recepção de *Madame Bovary*, de Flaubert (203 ss.). Jauss mostra

como uma forma estética nova pode ter também consequências de ordem moral ou, em outras palavras, como pode dar a um problema moral a maior repercussão social possível.

Aqui, ele não trabalha abstratamente com “o leitor”, mas com uma instância histórica concreta: o Procurador de Estado do Second Empire. O exemplo é bem escolhido, e por isso mesmo seria interessante ver como a questão da literatura como problema público se coloca no presente. Ora, quanto a isso, Jauss dá apenas informações teóricas (169-170):

Se se olhar a história da literatura no horizonte do diálogo entre obra e público (diálogo responsável pela construção de uma continuidade), a oposição entre aspectos históricos e aspectos estéticos passa a ser mediatizada continuamente, podendo restabelecer-se, assim, a ligação entre as obras do passado e a experiência literária atual, que o historicismo interrompeu.

Afirmção teórica interessante, mas qual é a experiência concreta da literatura do presente transmitida por Jauss e pela Estética da Recepção em geral? O projeto geral de Jauss (170):

Partindo da história da recepção de uma obra individual até à história da literatura, deveríamos poder chegar a ver e a mostrar como é que essa sucessão histórica das obras

condiciona e ilumina, como pré-história da nossa experiência literária, o todo coerente da literatura.

Nesse contexto, ele cita Benjamin 1931:

Não se trata de apresentar as obras literárias no contexto do seu tempo, mas de apresentar, no tempo em que elas nasceram, o tempo que as conhece e julga: o nosso. Assim, a literatura torna-se um *organon* da história. Saber usar a literatura dessa maneira – em vez de transformá-la num campo temático da história – eis a tarefa da história literária.

A correspondência que Jauss quer estabelecer entre a sua proposta e a de Benjamin é apenas aparente, há diferenças fundamentais. O objetivo de Jauss é a história da literatura como finalidade em si, ao passo que o objetivo de Benjamin é a literatura como *organon* da história.

O peso da concepção oitocentista da história literária continua fortemente presente em Jauss, que não incorpora à sua elaboração teórica as mudanças ocorridas quanto ao lugar e valor da história literária no conjunto da cultura do século XX. O desafio da ciência literária atual não é a história literária, como acredita Jauss, mas a história geral. Ora, o horizonte da cultura literária não é ultrapassado em nenhum momento de seus escritos. Na proposta de Jauss transparecem atitudes do **Bildungsbürgertum** do século XIX; ele fala em “forças literárias formadoras da sociedade” (*gesellschaftsbildende Kräfte der Literatur*), nunca em forças transformadoras da sociedade, e nada nos diz da literatura que expressa os conflitos reais do nosso tempo. Apesar da crítica que se possa fazer à história literária do século XIX, ela se orientou por uma idéia que transcendia a esfera da literatura: a idéia da unidade nacional. Quais seriam as forças correspondentes, hoje em dia; os projetos históricos diferentes de setores conflitantes da sociedade, e a participação da literatura na sua formulação?

Jauss estudou várias mudanças históricas na literatura do passado, mas, via de regra, seus estudos desembocam numa

erudição de onde não há mais caminho de volta para a literatura do presente e a situação histórica do presente. O que quer dizer, então, “o processo geral da história” (167)? Não cumpriria essa formulação, repetida na sua abstração, a função de adiar, *sine die*, a compreensão do nosso tempo?

Como foi visto, a crise da história literária, diagnosticada por Benjamin nos anos 1920/30 e por Jauss no final da década de 1960, continua. A Estética da Recepção talvez tenha criado mais impasses que aberturas de horizonte. Em todo caso, é preciso reconhecer que, apesar de seu *parti pris* contra a estética marxista, ela despertou interesse por parte dos estudiosos literários da RDA. Assim, as controvérsias literárias dos anos 1920/30 foram, de certa maneira, retomadas pelo diálogo entre a ciência literária da Alemanha Federal e da RDA, a partir de meados dos anos 1960. Em 1975, Jauss publicou um texto com o título: “Zur Fortsetzung des Dialogs zwischen ‘bürgerlicher’ und ‘materialistischer’ Rezeptionsästhetik”⁶ (In: Warning, *Rezeptionsästhetik*, 1975). De fato, a estética da recepção desenvolvida pela Escola de Konstanz representou um desafio para a teoria literária marxista. A antologia **Gesellschaft, Literatur, Lesen**, publicado em 1973 por vários pesquisadores da RDA, mostra como ali também se procura uma nova historiografia literária, para a qual a teoria marxista não oferece um modelo pronto.

Robert Weimann (“Rezeptionsästhetik und die Krise der Literaturwissenschaft”, 1973/77) chama a atenção para as circunstâncias históricas da ciência literária atual: reorientação da Romanística nos anos 1960 e crítica do sistema educacional da RFA, principalmente por meio do movimento estudantil (369). Com isso contrastaria a “auto-constituição da Estética da Recepção” num espaço e tempo “além da história” (375). Jauss não parte, argumenta Weimann, nem da produção literária atual, nem da situação político-cultural, mas de um conceito de experiência puramente literário (382). Com relação aos dois primeiros, Jauss vem praticando, ao longo de já uns dez anos ou mais, uma tática

⁶ “Sobre a continuação do diálogo entre a Estética da Recepção ‘burguesa’ e a ‘materialista’”.

de retardamento (contornando ou evitando certas questões, problemas concretos, conflitos), que se revela como um indício ideológico. Ambos os lados, os pesquisadores da literatura na RFA e RDA, se cuidam para não questionar ou criticar as instituições dentro das quais formulam as suas teorias.

Tocamos no problema geral da legitimação da ciência literária. Em seu diálogo com a estética materialista da recepção, Jauss (1975: 343 e 351) aponta a relação de dependência da pesquisa na RDA para com “uma política cultural autoritária” do regime. Com relação à sua própria proposta, considera-a aquém de qualquer querela ideológica, sugerindo abolir a distinção entre estética “burguesa” e “materialista”, com o argumento do caráter não-ideológico da experiência estética. Convém lembrar que o postulado de Jauss da

especificidade de toda experiência estética, [...] que sempre se subtraiu a qualquer obediência ideológica e qualquer dominação de instâncias sociais.

é cabalmente desmentido pelas praxes da “estetização da política”, estudada de modo exemplar por Benjamin (1936) em seu ensaio sobre a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.

Se Jauss evita falar nos conflitos, isso não quer dizer que eles não existem. Weimann (1977: XXXI) resume, por sua vez, os problemas de legitimação da Estética da Recepção:

Ela encontra-se numa tripla crise de legitimação:

1) a crítica marxista e o insuficiente valor explicativo dos desgastados métodos idealistas obrigam a problematizar a história social; 2) a crescente pressão e a concorrência da tecnocracia exigem uma justificativa funcional e uma nova fundamentação social dos valores literário-históricos das pesquisas e da formação; 3) finalmente, o fato de fazer parte do sistema classista, estatal-integrativo dos aparatos

educacionais dominantes obrigam a um distanciamento de quaisquer teorias radicais ou revolucionárias.

Tanto Jauss como Weimann estão tão comprometidos com a burocracia geral e a administração do saber, que sua liberdade se limita a mostrar a pouca ou nenhuma liberdade que tem o outro lado. Weimann fala do “isolamento de uma elite acadêmica que sabe cada vez mais e age cada vez menos”.

Essa situação lembra a dos literatos barrocos, a serviço da administração absolutista, estudados por Benjamin, e a situação da pesquisa literária na República de Weimar. Com o *Trauerspielbuch*, Benjamin entrou em conflito real com as instituições universitárias do seu tempo, porque o livro era um ato de transformação, expondo ao questionamento e ao mal-estar inúmeras pesquisas acadêmicas realizadas segundo a rotina.

Se Jauss (1975: 393) vê o “problema decisivo” da sua disciplina na “transformação da experiência estética em padrões de comportamento comunicativo” (vertendo em novos conceitos as propostas abstratas sempre iguais), Benjamin no *Trauerspielbuch* identificou, teologicamente, o saber inútil com o Mal. Inútil, porque não transforma nada, não melhora as condições de vida dos pobres e miseráveis:

O saber, não o agir é a forma própria do Mal (GS I, 403).

O alegorista contemplativo, que trai o mundo por causa do saber (403).

Especulação alheia à vida (404).

Assim se expressava a autocrítica e crítica do pesquisador acadêmico na República de Weimar.

Numa carta de 7/3/1931 a Max Rychner, editor da revista *Neue Schweizer Rundschau*, Benjamin esclareceu a sua posição com relação à Ciência como instituição:

A mais forte propaganda de uma visão materialista não me atingiu em forma de brochuras comunistas, mas na forma das obras “representativas” burguesas, que vieram à luz na

minha disciplina – a história literária e a crítica – durante os últimos vinte anos. Com esses feitos da ciência acadêmica eu tenho tão pouco a ver como com os monumentos erigidos por um Gundolf ou um Bertram – e para eu me distanciar cedo e definitivamente da asquerosa monotonia dessas atividades oficiais e inoficiais, não necessitei de idéias marxistas – que cheguei a conhecer apenas muito tarde –, mas devo isso à orientação metafísica que é a base da minha pesquisa. O quanto uma rigorosa observação dos métodos autênticos da pesquisa acadêmica se afasta da atitude atual da instituição da ciência idealista burguesa, foi o que eu testei com meu livro *Origem do drama barroco alemão*, que não mereceu uma resenha sequer no meio acadêmico alemão. Sendo que esse livro, com certeza, não era materialista, embora seja dialético. O que, na época de sua redação, eu não sabia, me ficou, pouco depois, cada vez mais claro: do ponto de vista muito específico da minha filosofia da linguagem existe uma mediação – embora muito tensa e muito problemática – com relação ao materialismo dialético. Já com relação à saturada ciência acadêmica não existe mediação nenhuma (Briefe, 522-523).

Diante desse quadro de instituição da ciência acadêmica alemã, no passado e no presente, a recusa do *Trauerspielbuch*, apresentado como tese de livre-docência à Universidade de Frankfurt, parece mais que um lamentável acidente. É um capítulo da história das Ciências Humanas na Alemanha: sintoma de uma instituição criada para produzir o saber, para experimentar e fazer descobertas, mas que se assusta e reage de modo autoritário quando a procura do saber implica em questionamento da sua própria rotina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. "Histoire ou littérature". 1960.

- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* [= GS]. 7 vols. Orgs. Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1974-1989.
- _____. *Ursprung des deutschen Trauerspiels* (1928). In: *GS I*: 203-430. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. "Literaturgeschichte und Literaturwissenschaft" (1931). In: *GS III*: 283-289.
- _____. "Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit". <Erste Fassung> (1936). In: *GS I*: 431-508.
- JAKOBSON, Roman. "Über den Realismus in der Kunst" (1921). In: *Texte der russischen Formalisten I*, ed. J. Striedter, Munique, Wilhelm Fink, 373-391.
- JAUSS, Hans Robert. *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft*. 1967.
- _____. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1970.
- _____. *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik I*, Munique, Wilhelm Fink, 1977.
- _____. *A Literatura como Provocação*. Trad. Tereza Cruz. s. l. [Portugal], Passagens, 1993.
- _____. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli, São Paulo, Ática, 1994.
- KRAUSS, Werner. "Literaturgeschichte als geschichtlicher Auftrag" (1950). In: *Studien und Aufsätze*. Berlim, 1959, p. 19-72.
- Rezeptionsästhetik. Theorie und Praxis*. Org. Rainer Warning. Munique, Wilhelm Fink, 1975.
- SENGLE, F. "Aufgaben der heutigen Literaturgeschichtsschreibung". In: *Archiv für das Studium der neueren Sprachen* 200 (1964): 241-264.
- WEIMANN, Robert. *Literaturgeschichte und Mythologie. Methodologische und historische Studien*. 1977.
- WELLEK, René. "The Theory of Literary History". In: *Études dédiées au quatrième Congrès de linguistes. Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. 1936. p. 173-191.
- _____. "Der Begriff der Evolution in der Literaturgeschichte". In: *Grundbegriffe der Literaturkritik*. Stuttgart/Berlin/Köln/Mainz, 1965.